

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E DE PRIVACIDADE

A AIBILI - Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem (doravante “AIBILI”) valoriza a relação que mantém com os seus Beneficiários e dedica os melhores esforços na implementação das medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção de dados, à salvaguarda da privacidade e ao respeito pelos direitos e liberdades dos seus titulares.

A presente Política de Proteção de Dados e de Privacidade tem como objetivo dar a conhecer a forma como a AIBILI trata os Dados Pessoais, assegurando a sua proteção, segurança e integridade no desenvolvimento das suas atividades.

1. Responsável pelo tratamento de Dados Pessoais

A Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais é a AIBILI, sempre que determina:

- As categorias de Dados Pessoais que devem ser tratados no contexto da prestação de serviços e/ou do fornecimento de produtos;
- As finalidades para as quais os Dados Pessoais são tratados;
- Os meios a aplicar para o tratamento dos Dados Pessoais.

2. Princípios aplicáveis ao tratamento de Dados Pessoais

A AIBILI assegura que o tratamento de Dados Pessoais é efetuado de acordo com os princípios gerais enunciados no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (doravante “RGPD”) e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, nomeadamente:

- Princípio da licitude, lealdade e transparência: os Dados Pessoais são tratados de forma lícita, leal e transparente;
- Princípio da limitação das finalidades: os Dados Pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não se procedendo ao seu tratamento posterior de uma forma incompatível com essas finalidades;
- Princípio da minimização dos dados: apenas são tratados os Dados Pessoais adequados, pertinentes e limitados ao estritamente necessário para as finalidades que legitimam o seu tratamento;
- Princípio da exatidão: são adotadas as medidas adequadas para que os Dados Pessoais qualificados como inexatos, tendo em conta as finalidades de tratamento, sejam apagados ou retificados sem demora;
- Princípio da conservação: os Dados Pessoais são conservados de uma forma que permita a sua identificação apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- Princípio da integridade e confidencialidade: os Dados Pessoais são tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando-se as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

3. Dados Pessoais, Tratamento de Dados Pessoais e Titular dos Dados

“Dados pessoais” significa a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que

possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

O “Tratamento” de dados pessoais corresponde a uma operação ou a um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, a difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

No contexto das atividades desenvolvidas pela AIBILI, o conceito “Titular dos Dados” poderá incluir, sem limitar: clientes atuais, passados e potenciais, parceiros, voluntários para investigação clínica, candidatos a um emprego, trabalhadores e ex-trabalhadores, colaboradores de parceiros, colaboradores de subcontratantes, fornecedores e prestadores de serviços e seus colaboradores, requerentes e reclamantes, visitantes e quaisquer outras pessoas singulares que mantenham uma relação com a AIBILI e a quem os Dados Pessoais digam respeito.

A AIBILI pode tratar dados pessoais relativos a menores e a pessoas que não tenham capacidade para prestar validamente o seu consentimento, quando o tratamento seja efetuado nos termos da legislação aplicável e, quando necessário, mediante o consentimento do respetivo representante legal ou de outra pessoa legalmente habilitada para o efeito, sem prejuízo das regras específicas aplicáveis à investigação clínica.

4. Categoria de Dados Pessoais que a AIBILI trata

No desenvolvimento das suas atividades, a AIBILI procede ao tratamento de Dados Pessoais relativos a diferentes categorias de Titulares dos Dados. Os Dados Pessoais recolhidos dependem da natureza da interação, podendo incluir as seguintes categorias:

- Dados de identificação;
- Dados de contacto;
- Dados de identificação bancária;
- Dados de pagamento;
- Dados de acesso ao website;
- Dados das credenciais de segurança;
- Dados sobre preferências;
- Dados de utilização de tecnologias de informação;
- Dados de saúde;
- Dados genéticos;
- Dados biométricos;
- Dados comerciais para a prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos;
- Dados de localização geográfica (aproximada) dos colaboradores sempre que são usados serviços Office 365 em equipamentos pessoais.

5. Fundamentos de Licidade

Por referência ao «Princípio da Licitude», consagrado na legislação aplicável, no desenvolvimento e realização das suas atividades a AIBILI apenas procede ao tratamento dos Dados Pessoais quando exista um fundamento de licitude que legitime o tratamento.

São fundamentos de licitude:

- **Consentimento:** Quando o Titular dos Dados tiver dado o seu consentimento através de uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca, pela qual aceita, mediante declaração (por escrito ou oralmente) ou ato positivo inequívoco (através do preenchimento de uma opção), que os Dados Pessoais sejam objeto de Tratamento. No caso do tratamento de categorias especiais de Dados Pessoais, o consentimento deve ainda ser explícito, indicando uma ou mais finalidades específicas.
- **Diligências pré-contratuais ou a execução de um contrato:** Quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o Titular dos Dados seja parte ou para a realização de diligências pré-contratuais a seu pedido.
- **Cumprimento de uma obrigação jurídica:** Quando o tratamento de Dados Pessoais for necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito o Responsável pelo Tratamento perante a legislação de um Estado-Membro ou da União Europeia.
- **Defesa de interesses vitais do Titular dos Dados:** Quando o tratamento de dados for necessário para assegurar a defesa de interesses vitais do Titular dos Dados ou de outra pessoa singular.
- **Interesses Legítimos:** Quando o tratamento for necessário para efeito de interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto quando prevaleçam os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

Quando o tratamento incida sobre categorias especiais de Dados Pessoais, a AIBILI segue ainda o disposto no art.º 9.º do RGPD.

6. Prazo de conservação dos Dados Pessoais

A AIBILI conserva os Dados Pessoais apenas pelo período necessário à prossecução das finalidades específicas para as quais foram recolhidos, procedendo posteriormente ao seu apagamento de forma segura.

Ainda assim, o prazo de conservação dos dados pela AIBILI pode ser alargado em razão de:

- Obrigações legais e regulamentares de conservação de Dados Pessoais por um determinado período, designadamente no âmbito da investigação científica;
- Prazos de prescrição, ao abrigo das leis em vigor;
- Processos e procedimentos judiciais e administrativos em curso ou previsíveis;
- Orientações emitidas pelas autoridades de controlo competentes.

7. Partilha dos Dados Pessoais

No âmbito da sua atividade, a AIBILI poderá partilhar os dados com entidades terceiras, nos termos previstos na presente secção da Política de Proteção de Dados e de Privacidade.

- **Subcontratantes:** Os Dados Pessoais podem ser partilhados com empresas prestadoras de serviços, vinculadas à AIBILI mediante contrato escrito. Estas entidades apenas poderão tratar os Dados Pessoais para os fins especificamente estabelecidos, não estando autorizadas a tratá-los, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiros.
- **Outros Responsáveis e/ou Terceiros:** Os Dados Pessoais podem ser partilhados com outras entidades associadas da AIBILI, que cumprirão as regras de proteção de dados aplicáveis, tendo em consideração as finalidades do tratamento.
- **A pedido e/ou com o consentimento do Titular dos Dados,** os Dados Pessoais poderão ser partilhados com outras entidades.
- **Em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais,** os Dados Pessoais poderão ser transmitidos a autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias, bem como entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, de prevenção e combate à fraude, ou estudos de mercado ou estatísticos.

8. Direitos e Exercício de Direitos

O Titular dos Dados Pessoais tratados pela AIBILI tem o direito de acesso, retificação, limitação, portabilidade, apagamento e o direito de se opor ao Tratamento de Dados Pessoais, sem prejuízo das limitações e exceções previstas na legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente no âmbito da investigação científica:

- **Direito à informação:** O Titular dos Dados tem o direito de obter informações claras, transparentes e facilmente compreensíveis sobre como é que a AIBILI utiliza os seus Dados Pessoais e quais os seus direitos. É nesse sentido que é disponibilizada a presente Política.
- **Direito de acesso:** O Titular dos Dados tem o direito de obter confirmação sobre se os seus Dados Pessoais são objeto de tratamento pela AIBILI e, em caso afirmativo, de aceder aos mesmos e a determinadas informações sobre a forma como são tratados. Este direito permite-lhe verificar se os seus Dados são tratados em conformidade com a legislação aplicável. A AIBILI poderá, contudo, limitar ou recusar o acesso solicitado sempre que este possa prejudicar os direitos e liberdades de terceiros, designadamente quando implique a divulgação dos seus Dados Pessoais.
- **Direito de retificação:** O Titular dos Dados tem o direito de solicitar à AIBILI a tomada de medidas razoáveis para corrigir ou atualizar os seus Dados Pessoais que estejam incorretos ou incompletos.
- **Direito ao apagamento dos dados:** Também conhecido como «direito a ser esquecido», este direito permite ao Titular dos Dados solicitar o apagamento

dos seus dados nas situações legalmente admitidas, nomeadamente quando não existam fundamentos legais válidos para que a AIBILI continue a usá-los ou quando o seu uso seja ilícito.

- **Direito à limitação do tratamento:** O Titular dos Dados tem o direito de limitar ou impedir o uso futuro dos seus Dados enquanto a AIBILI avalia um pedido de retificação ou como alternativa ao apagamento. Neste caso, apenas a utilização é limitada, pelo que a AIBILI continua a poder armazenar os dados em causa. Para garantir o respeito por este direito, a AIBILI mantém uma lista atualizada dos titulares que solicitaram a limitação do tratamento futuro dos seus dados.
- **Direito à portabilidade dos dados:** O Titular dos Dados tem o direito de obter e reutilizar determinados Dados Pessoais para os seus próprios fins sempre que o tratamento se baseie no consentimento ou seja realizado por meios automatizados.
- **Direito de oposição:** Nos termos expressamente previstos na legislação aplicável, o Titular dos Dados tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento durante o tratamento.
Note-se que a AIBILI poderá manter o tratamento dos dados se demonstrar a existência de razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do seu Titular, ou se os dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- **Direito de apresentar queixa:** O Titular dos Dados tem o direito de apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados - CNPD, se considerar que o Tratamento realizado aos Dados Pessoais viola os seus direitos e/ou a legislação e regulamentação aplicáveis.

O Titular dos Dados poderá exercer os seus direitos consagrados na legislação aplicável, a qualquer momento, mediante a apresentação de um pedido através do formulário disponível no *website* da AIBILI, que poderá ser enviado por e-mail para privacy@aibili.pt, entregue presencialmente ou remetido por carta registada. Quando necessário para confirmar a identidade do requerente, a AIBILI poderá solicitar informação adicional ou documentação adequada para esse efeito.

9. Segurança e Integridade

Os Dados Pessoais serão tratados pela AIBILI de acordo com as finalidades identificadas na presente Política, com as suas políticas internas e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis. Para o efeito, a AIBILI implementa medidas técnicas e organizativas adequadas aos riscos associados ao tratamento específico dos Dados Pessoais, destinadas a assegurar, na máxima extensão possível, a sua segurança e integridade, nomeadamente contra o tratamento não autorizado ou ilícito, a perda, destruição ou danificação accidental.

Sempre que se verifique a partilha lícita de dados através da internet, a AIBILI assegurará, sempre que tecnicamente possível, a sua transmissão de forma segura, utilizando protocolos adequados. No entanto, a AIBILI não poderá garantir a segurança de partilhas ou tratamentos posteriores pelas entidades terceiras às quais os Dados

Pessoais tenham sido lícitamente cedidos, na medida em que tais operações se encontrem fora do seu controlo.

10. Confidencialidade

A AIBILI reconhece que a informação que lhe é fornecida pode revestir natureza confidencial, comprometendo-se a preservar a sua confidencialidade e integridade, em conformidade com a presente Política e a legislação e regulamentação aplicáveis. No âmbito da sua atividade, a AIBILI não vende, aluga, distribui ou disponibiliza comercialmente ou por qualquer outro meio os Dados Pessoais a entidades terceiras, exceto a prestadores de serviços devidamente autorizados quando tal seja necessário.

11. Cookies

A AIBILI utiliza *cookies* para recolher informação sobre cada visita e utilização das suas páginas de internet, em conformidade com a Política de *Cookies* em vigor, a qual é periodicamente revista e atualizada.

12. Alterações a esta Política de Proteção de Dados e de Privacidade

A AIBILI procede à revisão periódica da presente Política de Proteção de Dados e de Privacidade, pelo menos anualmente. Sempre que dessa revisão resulte a necessidade de alteração da Política, será publicada uma nova versão no respetivo *website*, que entrará imediatamente em vigor, pelo que é aconselhável a sua consulta regular.

Nota explicativa: *Para simplificar a leitura, os termos usados neste documento aparecem maioritariamente no género masculino, sem qualquer intenção de discriminação, devendo ser entendidos como englobando igualmente o género feminino e todas as demais identidades de género.*